



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

A universidade e a questão da habitação social: uma experiência no estado do Rio de Janeiro

*The university and the issue of social housing:
an experience in the state of Rio de Janeiro*

*La universidad y el problema de la vivienda social:
una experiencia en el estado de Río de Janeiro*

LEITÃO, Gerônimo

Professor Doutor, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal Fluminense PPGAU – UFF, geronimo_leitao@uol.com.br

VIÑAS, Carmen Guillén y

Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU-UFF, CEHAB-RJ, carmengyv@gmail.com

FREITAS, Helena Araújo

Arquiteta, Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF, haraujofreitas@gmail.com

RESUMO

A moradia de interesse social é um tema extremamente relevante nos países latino-americanos, e, particularmente, no Brasil, devido a um processo de urbanização que exclui e segrega uma parcela significativa da população, dando origem a um quadro de carências no campo da habitação e, também, no que diz respeito, ao acesso à infra-estrutura urbana, ao transporte coletivo, aos equipamentos comunitários. Essa questão assume contornos especialmente expressivos no estado do Rio de Janeiro onde, cerca de 1.400.000 habitantes moram em assentamentos informais. O objetivo de nosso trabalho é promover uma reflexão sobre a contribuição e o significado do ensino de projeto, nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, para a implementação de ações de apoio ao movimento social organizado, bem como para a formulação de políticas públicas de habitação de interesse social. Nesse sentido, abordaremos a experiência empreendida na disciplina Projeto de Habitação Popular, ministrada na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, ao longo dos últimos vinte anos. Com este trabalho, pretendemos contribuir, também, para o debate sobre o papel da Universidade na formação de arquitetos e urbanistas qualificados para a atuação em singular campo profissional: a assistência técnica para a promoção de melhorias nas habitações em assentamentos informais.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Social, Ensino de Projeto de Habitação Popular, Assistência técnica para moradores de Assentamentos Informais.

ABSTRACT

Social interest housing is an extremely relevant topic in Latin American countries, particularly in Brazil, due to an urbanization process which excludes and segregates a significant portion of the population, creating a framework of shortcomings in the field of housing, access to urban infrastructure, public transportation, and community equipments. This issue takes on particular expressive contours in the State of Rio de Janeiro where, approximately 1,400,000 inhabitants live in informal settlements. The goal of our work is to promote a reflection on the contribution and significance of project teaching, in courses of architecture and urbanism, for the implementation of actions in support of the organized social movement, as well as to the formulation of public



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

policies of social interest housing. In this sense, we will discuss the experience undertaken on Social Housing Project discipline, taught at the School of Architecture and Urbanism of the Fluminense Federal University, Niterói, Rio de Janeiro, over the past twenty years. With this work, we also aim to contribute to the debate on the role of the University in the education of architects and urban planners, qualified for acting in a singular professional field: technical assistance for the promotion of improvements in dwellings in informal settlements.

KEY-WORDS: Social Housing, Social Housing Project Teaching; Technical Assistance to Residents of Informal Settlements

RESUMEN

Vivienda de interés social es un tema muy relevante en países de América Latina y particularmente en Brasil, debido a un proceso de urbanización que excluye y segrega porción significativa de la población, dando lugar a un marco de deficiencias en el campo de la vivienda y también con respecto al acceso a la infraestructura urbana, transporte colectivo y equipamientos comunitarios. Este tema adquiere contornos expresivos particularmente en el estado de Río de Janeiro donde, aproximadamente 1.400.000 habitantes viven en asentamientos informales. El objetivo de nuestro trabajo es promover una reflexión sobre la contribución y el significado de la enseñanza de proyecto en cursos de arquitectura y urbanismo, para la implementación de acciones de apoyo al movimiento social organizado, así como a la formulación de políticas públicas de vivienda de interés social. En este sentido, vamos a discutir la experiencia realizada en la disciplina del proyecto de Vivienda Popular, enseñado en la Escuela de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, en los últimos veinte años. Con este trabajo, nuestro objetivo es contribuir al debate sobre el papel de la Universidad en la formación de arquitectos y urbanistas cualificados para actuar en un campo profesional singular: asistencia técnica para la promoción de mejoras en las viviendas en los asentamientos informales.

PALABRAS CLAVE: Vivienda Social, Enseñanza Proyecto de Vivienda Social; Asistencia Técnica a residentes de asentamientos informales.

1 INTRODUÇÃO

O relatório “O desafio das favelas”, divulgado em outubro de 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU – Habitat), apontou que um sexto da população mundial vivia em favelas – aproximadamente 924 milhões de habitantes. Esse relatório revelava, ainda, que, no início do século XXI, dos 527 milhões de habitantes da América Latina e do Caribe, 127,567 milhões viviam em favelas.

No final do século XX, o Brasil, por sua vez, apresentava um total de 3.905 favelas: mais 717 do que as registradas no Censo de 1991 (Pasternak Taschner, 2003). O Rio de Janeiro era, então, o segundo colocado no rol dos municípios brasileiros, no que diz respeito ao número de comunidades faveladas, sendo a concentração maior desses assentamentos informais (93%) localizada na Região Metropolitana. O Censo de 2010, por sua vez, revelou que um total de 11.425.644 de pessoas - o equivalente a 6% da população do país – vivia em favelas. Desse total, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrava 1,7 milhão de habitantes vivendo em 520.260 domicílios situados em favelas. O município do Rio de Janeiro, com 763 favelas, é caracterizada, como a cidade brasileira



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

com maior número de assentamentos informais: são 426.965 domicílios em favelas (19,89% de todas as residências), com um total de 1.393.314 habitantes.

Os dados acima citados revelam a relevância do tema da habitação de interesse social no Brasil, e, particularmente, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, devido a um processo de urbanização que exclui e segrega uma parcela significativa da população, dando origem a um quadro de carências no campo da habitação e, também, no que diz respeito, ao acesso à infra-estrutura urbana, ao transporte coletivo, aos equipamentos comunitários. Este assunto, debatido em reflexões para uma reforma curricular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2003, abordou questões inerentes ao tema, reconhecendo que:

“É indispensável a compreensão do processo de crescimento urbano e sua dinâmica. As favelas tem crescido a uma velocidade muito superior que a cidade “formal”, o que aponta para um futuro no qual a regra passará a ser o que hoje é visto como exceção. Neste sentido, é importante não descuidar da dimensão imobiliária nesta esfera de atuação, tanto como em qualquer outra”. (ANDRADE, L., BRONSTEIN, L., SILLOS, J., org. 2003 p. 180)

Diante desse quadro de precariedade das condições de moradia, em que os assentamentos informais possuem uma significativa expressão, no que se refere à provisão de habitação para a população mais pobre, é importante refletir sobre qual o papel que pode ser desempenhado pela Universidade – e, especialmente, as instituições públicas –, no sentido de contribuir com subsídios para a implementação de políticas habitacionais mais adequadas. Sobretudo após a aprovação da Lei Federal 11.888, de 24/12/2008, que “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal”, acreditamos que a descrição e a análise da experiência trazida pela disciplina Projeto de Habitação Popular, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (Niterói, Rio de Janeiro), ao longo dos últimos vinte anos, poderá contribuir para uma reflexão sobre esse papel que as instituições de ensino superior podem desempenhar. Acrescentamos, por último, que é fundamental que a universidade revele ao estudante que a essência do curso de Arquitetura e Urbanismo vai além de grandes obras, projetos de visibilidade, residências de luxo ou planejamento de interiores. É também – e, sobretudo – a construção do direito à cidade. É inaceitável, portanto, a formação do aluno sem o conhecimento da realidade habitacional do seu país: daí a importância da existência de disciplinas na grade curricular relacionadas ao tema da teoria e projeto da habitação social.



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

2 A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DE PROJETO DE HABITAÇÃO POPULAR NA ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

As atividades de pesquisa, ensino e extensão, sobre o tema da Habitação Social, estão associadas à própria criação da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, no início da década de 1970. Na construção desse campo acadêmico, deve ser destacada a significativa contribuição dos professores Maria Elisa Meira e Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que ministraram disciplinas teóricas e de projeto na área de Habitação de Interesse Social.

A disciplina de Projeto de Habitação Popular é ministrada ao longo de um semestre, no penúltimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo. Composta por três módulos, a disciplina aborda, alternadamente, a cada período, um dos três campos distintos do projeto de habitação de interesse social: a urbanização de assentamentos informais; a requalificação de imóveis abandonados, visando adaptá-los para o uso habitacional; e a ocupação de terrenos desocupados, em áreas urbanas dotadas de infraestrutura de saneamento, transporte e serviços, com a construção de edificações multi-familiares. Além do professor responsável pela disciplina, participam, também, do processo de orientação dos trabalhos, professores de outras áreas (infraestrutura de saneamento, cálculo estrutural, transportes, serviço social), vinculados a outras unidades da UFF e mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFF, cumprindo as atividades previstas no Estágio Docente. Nesse sentido, reconhecemos como afirma Benetti (2003):

“o arquiteto tem que exercitar desde o início de sua formação a capacidade de ouvir e dialogar com diversas áreas profissionais que fazem com que a prática de projeto seja um ato complexo, rico em variáveis e não simplesmente um gesto formal, arbitrário e, portanto, altamente vulnerável ao primeiro esboço crítico”. (BENETTI, 2003, p.195)

A cada semestre, uma área é objeto de estudo, abordando um dos temas acima citados, em diferentes municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Desse modo, vários projetos foram desenvolvidos pelos alunos em comunidades localizadas em Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Itaboraí, Duque de Caxias e na capital do estado, Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos assentamentos informais, os projetos de urbanização desenvolvidos pelos alunos enfocaram comunidades faveladas que ocupam sítios com características distintas. Algumas das comunidades ocupavam áreas de encosta, com declividades variadas e riscos de deslizamento. Outras estavam localizadas em terrenos situados ao longo das margens de rios e lagoas, sujeitas à enchentes. Por último, havia aquelas que ocupavam áreas públicas, através de ações implementadas

pelo movimento social organizado, que buscava, através da intervenção realizada pelos alunos, construir “bairros populares” – com padrões regulares de parcelamento e uso do solo.

Por sua vez, na requalificação de imóveis abandonados, o principal desafio enfrentado pelos alunos consistia em compatibilizar as estruturas existentes com o novo uso habitacional proposto, conciliando a viabilidade econômica dessa intervenção com a implantação de padrões satisfatórios de habitabilidade. Os imóveis – quase sempre públicos – eram indicados por lideranças comunitárias e estavam localizados, muitas vezes, em áreas degradadas da cidade.

No desenvolvimento desses projetos, são realizadas, também, palestras com a participação de arquitetos e urbanistas, que atuam na Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro e em Secretarias Municipais de Habitação, bem como de outros profissionais que desenvolvem trabalhos, no campo da habitação de interesse social, em diferentes estados brasileiros, com o objetivo de conhecer experiências distintas e debatê-las. Os alunos são estimulados a elaborar seus trabalhos, quase que exclusivamente, no atelier de projeto, de modo a compartilhar as diferentes abordagens projetuais.

Por último, os projetos destinados à ocupação de vazios urbanos pretendem dar respostas concretas ao novo quadro estabelecido no nosso país, pelo Estatuto das Cidades, aprovado no Congresso Nacional em 2001, que aponta para a possibilidade de ocupação por uso habitacional destinado aos segmentos de menor renda da população, de terrenos desocupados ou subutilizados, localizados em áreas urbanas dotadas de infraestrutura, condições satisfatórias de acessibilidade e equipamentos comunitários. Houve, também, situações em que órgãos de planejamento de prefeituras municipais, como no caso de Duque de Caxias, apresentaram imóveis sub-utilizados, de propriedade municipal, para que fossem desenvolvidos estudos de viabilidade quanto à sua transformação para fins habitacionais.

3 A ESTRUTURA DA DISCIPLINA

Organizados em grupos de, no máximo, quatro membros, os alunos desenvolvem atividades diversas. Numa primeira etapa, é prevista a realização de levantamentos sócio-econômicos nas áreas onde serão realizadas as intervenções (Figura 1), visando construir o perfil social da população que será atendida, através de entrevistas, registros fotográficos e reuniões com lideranças comunitárias locais.

Figura 1: Visita à Fabrica Mundial, Honório Gurgel, Rio de Janeiro. Primeiro semestre de 2007.



Fonte: Leitão, G. , 2007

Ainda nessa fase, é feita a coleta de dados sobre infraestrutura e disponibilidade de equipamentos comunitários na área objeto de intervenção, em diferentes órgãos públicos, além da construção de referências teórico-projetuais, de modo a subsidiar as propostas arquitetônico/urbanísticas que serão desenvolvidas pelas equipes. Concluindo essa etapa, são promovidas assembléias com os moradores (Figura 2), com o objetivo de discutir os problemas existentes e construir, em conjunto, diretrizes para a elaboração das propostas de intervenção urbanística.

Figura 2: Assembléia na Vila Taboinhas, Rio de Janeiro. Segundo semestre de 2012.



Fonte: Leitão, G. , 2012



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

Em uma segunda etapa, são desenvolvidos os croquis de estudos preliminares, que darão origem ao Plano Geral de Intervenções, a ser detalhado na terceira e última etapa do curso. Nesse momento, um dos desafios é viabilizar a efetiva participação comunitária na concepção das propostas arquitetônico/urbanísticas. Dois aspectos devem ser considerados nesse momento: o primeiro diz respeito à adoção de metodologias de explicitação do projeto, que possibilitem sua compreensão por uma população que não teve, em sua grande maioria, acesso à educação formal, embora tenham um saber popular que deve ser incorporado às soluções projetuais. Nesse sentido, muitas vezes são utilizadas maquetes para a apresentação dos estudos, visando permitir uma melhor compreensão das proposições elaboradas pelos alunos (Figura 3).

Figura 3: Maquete de Projeto de Conjunto Habitacional Campo Belo, Nova Iguaçu. Primeiro semestre de 1999.



Fonte: Leitão, G., 1999.

O segundo aspecto a ser considerado tem um caráter operacional e se refere à efetiva possibilidade de realização de encontros regulares entre representantes das comunidades e alunos/professores da disciplina, considerando as dificuldades de deslocamento e a conciliação de horários para essas reuniões, o que faz com que, muitas vezes, a única alternativa seja promovê-las em finais de semana, reduzindo, assim, a perspectiva de uma maior participação no processo projetual. Por último, há que considerar, que, embora, na seleção das comunidades onde serão desenvolvidos os projetos, a questão da segurança seja um dos critérios de escolha, em algumas dessas áreas, observa-se a presença de narcotraficantes ou de milicianos, o que representa um constrangimento para a atuação das equipes de trabalho.

Concluída a segunda etapa, ocorre o desenvolvimento do Plano Geral de Intervenções, contemplando a elaboração de projetos arquitetônico-urbanísticos, com a apresentação, inclusive, de detalhes construtivos considerados relevantes. No desenvolvimento desses projetos, devem ser buscadas soluções que contemplem a racionalidade construtiva, a sustentabilidade ambiental, a economicidade, o conforto térmico, bem como a qualidade formal. O encerramento do curso se dá, sempre que possível, com a apresentação dos produtos desenvolvidos na terceira etapa, em assembléia realizada na própria comunidade, quando são entregues às lideranças locais, cópias desse material, para que possam utilizar os estudos elaborados pelos alunos, em seus eventuais pleitos e negociações junto aos governos municipais e estadual.

4 CONCLUSÕES

No campo acadêmico, a análise dos resultados alcançados pela disciplina Projeto de Habitação Popular aponta para um saldo positivo. Os alunos têm acesso a uma realidade sócio-econômica bastante distinta daquela que vivenciam no seu cotidiano, o que contribui, inegavelmente, para a construção de outro conceito de cidadania, comprometida com valores democráticos e a justiça social.

Têm, ainda, a possibilidade de desenvolver projetos arquitetônico-urbanísticos que questionam – concretamente – as soluções padronizadas e de má qualidade, que caracterizam, com excessões, a produção oficial de habitação popular, particularmente se considerarmos aquela implementada, a partir de 2009, pelo programa de âmbito federal “Minha Casa Minha Vida”.

Há que ressaltar, ainda, a participação regular na disciplina de alunos oriundos de instituições de ensino da França, Espanha e Portugal, o que possibilita uma enriquecedora troca de conhecimentos, envolvendo realidades socio-culturais e econômicas distintas.

Por sua vez, o convívio com professores de distintas áreas possibilita antecipar a experiência de um diálogo multidisciplinar, que ocorrerá, futuramente, na prática profissional. E por último, na área de habitação social, os arquitetos que cursaram esta disciplina, no curso de graduação da Universidade Federal Fluminense – uma das poucas faculdades brasileiras de arquitetura e urbanismo que possui essa disciplina no curso de graduação –, se destacam no mercado de trabalho, pela sua qualificação particular nesse campo projetual.

A disciplina conta, ainda, com a participação de estagiários docentes – mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo –, o que constitui uma forma de



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

aproximação do aluno da pós-graduação com o processo didático do curso de graduação, além de proporcionar aos alunos da disciplina o acesso a visões multi-facetadas do projeto de habitação social, de acordo com as experiências distintas desses mestrandos. A vivência desses mestrandos, que atuam no mercado de trabalho na área de habitação social, inclusive governamental, vem possibilitar um equilíbrio entre a visão acadêmica e as reais práticas de ações de governo e da iniciativa privada na área habitacional. Essa interação permite, ainda, um diálogo com profissionais que retornam à universidade, após experiências na área de habitação social em órgãos públicos, o que representa uma troca enriquecedora para todos. Ao mesmo tempo, a reflexão realizada por esses profissionais no ambiente acadêmico promove, também, um movimento de renovação do pensamento e da forma de atuação desses arquitetos e urbanistas.

Consideramos que um dos papéis do arquiteto e urbanista é o de projetar o ambiente construído, com a perspectiva de qualificá-lo: nesse sentido o acesso à Arquitetura não pode ser um privilégio de classe. Coerente com essa visão, acreditamos que o ensino da Arquitetura e Urbanismo, deve ser voltado, também, para o atendimento às demandas das camadas de menor renda da população - como um compromisso da Universidade e, particularmente das instituições públicas de ensino superior, como aponta o Artigo 6º da Declaração Mundial Sobre Ensino Superior no Século XXI:

“A educação superior deve reforçar o seu papel de serviço extensivo à sociedade, especialmente as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio-ambiente e enfermidades, principalmente por meio de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar para a análise dos problemas e questões levantadas... Finalmente, a educação superior deve almejar a criação de uma nova sociedade – não-violenta e não-opressiva – constituindo-se de indivíduos altamente motivados e íntegros, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria e o bom senso” (UNESCO, 1998 Art.6)

Por último, acreditamos que o contato do aluno com o tema faz com que ele tome consciência dos expressivos problemas habitacionais existentes no país, levando-o a uma reflexão sobre a questão e o estimulando, nesse ambiente acadêmico, à elaboração de propostas mais adequadas a um conjunto de aspectos projetuais: atendimento às demandas diferenciadas da população, integração com a cidade, racionalidade construtiva, conforto ambiental, sustentabilidade e qualidade plástica. Essa abordagem se contrapõe, com frequência, às atuais práticas promovidas pelas políticas públicas da habitação de interesse social.

No entanto, no que diz respeito, à efetiva contribuição dessa produção acadêmica para a formulação de políticas públicas, ou mesmo para o atendimento das demandas das comunidades com as quais foram desenvolvidos os projetos, os resultados deixam a desejar. Inicialmente, há que destacar a resistência de parcela expressiva dos órgãos governamentais, em suas diferentes esferas, a promover



PROJETAR - 2015

Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo:
ensino, pesquisa e prática. Natal, 30 de setembro a 02 de outubro.

uma maior integração com a Universidade, no sentido de construir parcerias. Seja por motivações de caráter político, seja por existir uma desconfiança em relação à produção acadêmica, cujos prazos e produtos seriam, supostamente, incompatíveis com a dinâmica da administração pública – alguns gestores afirmam, inclusive, que a Universidade é “*distanciada do mundo real*” –, poucos projetos serviram, de fato, como referência para intervenções nas áreas objeto de estudo.

Quanto às associações de moradores e o seu comprometimento com o encaminhamento das propostas apresentadas, debatidas e aprovadas pela comunidade, estas podem simplesmente abandonar o que havia sido desenvolvido pelas equipes de alunos, em função de mudanças na direção da entidade – com frequência, um novo presidente não tem qualquer interesse em levar adiante o que foi realizado pelo seu antecessor.

Contudo, feito o balanço dos últimos vinte anos de cursos regulares de Projeto de Habitação Popular, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, constatamos que, apesar das adversidades, temos buscado alcançar nossos objetivos. Um desses objetivos é contribuir para a formação de arquitetos qualificados para a prática, em um campo projetual que possui características particulares que exigem consciência social e distinta postura profissional. Outro é o compromisso de contribuir para a formulação de soluções de habitação social comprometidas com a participação popular no processo de planejamento, a qualidade do ambiente construído e o desenvolvimento urbano sustentável – a Universidade somando esforços na construção de uma cidade para todos.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, L., BRONSTEIN, L., SILLOS, J., (org) Arquitetura e Ensino: Reflexões para uma reforma curricular, O Arquiteto e a Produção Informal da Habitação e da Cidade, Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2003.

BENETTI, P. Uma Estrutura para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. In: ANDRADE, L., BRONSTEIN, L., SILLOS, J., (org) . Arquitetura e Ensino: Reflexões para uma reforma curricular, Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2003.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo 2010, Rio de Janeiro, 2012.

PASTERNAK T. O Brasil e suas Favelas In: Abramo, P.(org). A Cidade da Informalidade: O desafio das cidades latino-americanas, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

UNESCO, 1998. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>.